



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 23/2022

Período: 02/07/2022 - 08/07/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Braga Netto foi exonerado para se concentrar na campanha de Bolsonaro
- 2- Apesar de repasses, escolas cívico-militares receberam críticas por seu modelo de educação
- 3- Jornais relembrou o centenário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana com reportagens e entrevistas
- 4- Exército afirmou não ser capaz de detalhar o acervo de armas e munições nas mãos de caçadores, atiradores e colecionadores
- 5- Ministro da Defesa disse não estar preocupado com eventuais ações violentas nas eleições de outubro
- 6- Edson Fachin e Joaquim Barbosa cobraram que as Forças Armadas não interfiram no processo eleitoral
- 7- Bolsonaro voltou a questionar processo eleitoral em reunião com Forças Armadas
- 8- Congressistas americanos exigem investigação sobre possível interferência das Forças Armadas do Brasil nas eleições

1- Braga Netto foi exonerado para se concentrar na campanha de Bolsonaro

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 01/07/2022 a Presidência da República exonerou o Assessor Especial da Presidência Walter Braga Netto, general da reserva do Exército, para assumir a vice candidatura na chapa do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, na campanha de reeleição. Segundo reportagem do *Correio Braziliense*, o general já recebeu a “bênção” do atual vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e de outros contemporâneos das Forças Armadas para participar das eleições como vice. No entanto, a escolha do general da reserva como segundo nome na chapa desagradou o “Centrão”, formado por congressistas identificados com o espectro político de centro, que esperava que Bolsonaro expandisse sua base de apoio com a escolha de um dos membros do bloco, alcançando, desse modo, partidos que ainda estejam indecisos. (*Correio Braziliense* - Política - 03/07/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 02/07/22)

2- Apesar de repasses, escolas cívico-militares receberam críticas por seu modelo de educação

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha a pedido do Centro Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e da Ação Educativa revelou que sete em cada 10 entrevistados “confiam mais em professores do que em militares para trabalhar em uma escola”. A pesquisa também analisou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), criado durante o governo de Jair Bolsonaro, no qual militares da reserva escolhidos pelo Ministério da Defesa podem participar da administração de escolas. Embora o número de escolas do Pecim não seja expressivo, elas tiveram, de acordo com a *Folha*, repasse triplicado pelo governo federal nos anos de 2020 e 2021. Professores e especialistas evidenciaram falhas no modelo cívico-militar: em coluna ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Renata Cafardo afirmou que o programa é “um bom exemplo da pífia atuação do Ministério da Educação”, e que as escolas cívico-militares estão longe de alcançar os objetivos da educação contemporânea. (Folha de S. Paulo - Educação - 03/07/22; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 03/07/22)

3- Jornais relembrou o centenário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana com reportagens e entrevistas

Em celebração aos 100 anos do início do tenentismo, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou reportagens e entrevistas sobre o movimento liderado por jovens militares contra as oligarquias dominantes. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, grande parte dos militares se juntou ao movimento por influência do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que objetivava tornar o Exército um ator político. O estopim do movimento foi a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, após a publicação de uma carta no jornal *Correio* em nome do candidato à presidência e governador de Minas Gerais, Arthur Bernardes. Após investigações, descobriu-se que a carta não havia sido escrita pelo governador, mas os insultos aos militares e ao ex-presidente e marechal Hermes da Fonseca já haviam desagradado a caserna a ponto de resultar no movimento. O periódico *Folha de S. Paulo* lembrou que no dia 3 de julho de 1922, o Clube Militar foi fechado por seis meses e o marechal Hermes da Fonseca foi preso por ordem do então presidente da República, Epitácio Pessoa. A Revolta dos 18 do Forte durou 22 dias e resultou em 503 mortos. Segundo *O Estado*, o governo da época acusou civis de simpatizar com o movimento, efetuou prisões e abriu processos, além de proibir o jornal *O Estado de S. Paulo* de circular na época. Em entrevista, o cientista político e historiador Boris Fausto, autor do livro “A revolução de 1930”, afirmou ver nos participantes da revolta um posicionamento que “em grande linha, não era democrático”. Para ele, o movimento era de militares, “com ética e ótica militar”, devendo ser “investigado pelo o que era, não como instrumento das classes médias”. (Folha de S. Paulo - Política - 03/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 03/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 04/07/22)

4- Exército afirmou não ser capaz de detalhar o acervo de armas e munições nas mãos de caçadores, atiradores e colecionadores

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o Exército admitiu não ser capaz de detalhar o acervo de armas adquiridas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) no país. Ao receber um pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI) pelo Instituto Sou da Paz, o Exército afirmou que não poderia produzir relatórios devido à falta de padronização do banco de dados de cadastros dos CACs. Além disso, as Forças Armadas também reconheceram a existência de erros no preenchimento de armas e munições e alegaram a inviabilidade de corrigir tais problemas, o que, segundo o gerente de projetos do Instituto, Bruno Langeani, dificulta a fiscalização. A falta de modernização e integração de diversos órgãos do Exército preocupa especialistas: a assessora do Instituto Igarapé, Michele dos Ramos, enfatizou que “o cenário é mais preocupante se considerar o impacto das mudanças desde 2019, que facilitaram o acesso a armas e munições desses grupos”. (*Folha de S. Paulo - Cotidiano - 03/07/22*)

5- Ministro da Defesa disse não estar preocupado com eventuais ações violentas nas eleições de outubro

Conforme reportagem publicada pelo periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, afirmou durante uma audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) da Câmara dos Deputados que as Forças Armadas não estão preocupadas com uma possível ação violenta de grupos contrários ao processo eleitoral brasileiro, como o episódio do ataque ao Capitólio nos Estados Unidos, após a derrota de Donald Trump. Segundo o ministro, as Forças Armadas possuem sistemas integrados de inteligência para monitorar possíveis ameaças ao processo eleitoral, mas não vê risco de atos violentos. O general pontuou que não tem contestado a lisura do processo eleitoral brasileiro, todavia entende que “nenhum sistema está imune a falhas ou fraudes e que as urnas eletrônicas podem ser aperfeiçoadas”. Por fim, o ministro tentou demonstrar independência na atuação das Forças junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmando que os militares foram convidados a fazer parte do processo apenas com o objetivo de aperfeiçoar o sistema eleitoral. (*Folha de S. Paulo - Política - 07/07/22*)

6- Edson Fachin e Joaquim Barbosa cobraram que as Forças Armadas não interfiram no processo eleitoral

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, afirmou em palestra no Wilson Center, em Washington, nos Estados Unidos, que as Forças Armadas são bem-vindas a colaborar nas eleições de outubro de 2022, mas não devem interferir no processo de apuração dos votos: “Quem coordena as atividades eleitorais é a autoridade civil do Poder Judiciário Eleitoral. Ninguém mais. Diálogo, sim e sempre. Mais que isso significaria submeter a autoridade civil a qualquer tipo de outra autoridade”, disse. Por sua vez, segundo o *Correio Braziliense*, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, respondeu ao ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira que a insistência na pressão sobre a Justiça Eleitoral revela

uma atitude de “vassalagem” das Forças Armadas ao atual presidente da República, candidato à reeleição, que tem reiteradamente questionado o processo eleitoral e a segurança das urnas eletrônicas. Barbosa afirmou que essa atitude sinaliza ao mundo que o Brasil caminha para um golpe de Estado. (Correio Braziliense - Política - 08/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 08/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 08/07/22)

7- Bolsonaro voltou a questionar processo eleitoral em reunião com Forças Armadas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, voltou a criticar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a questionar a segurança das urnas eletrônicas em reunião ministerial ocorrida no Palácio do Planalto em 05/07/2022, que contou com a presença do ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, dos comandantes do Exército e da Aeronáutica, e do secretário-geral da Marinha. Conforme o periódico, Oliveira falou sobre as propostas feitas pelas Forças Armadas ao TSE e disse que vai cobrar respostas do Tribunal. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian questionou a própria presença dos militares na reunião ministerial que, inicialmente, teria o objetivo de melhorar o desempenho eleitoral de um candidato político. Além disso, classificou como um “péssimo trabalho” a tentativa de militares graduados tentarem alegar que as Forças Armadas rejeitam embarcar na conspiração de Bolsonaro, uma vez que o próprio ministro da Defesa faz eco às falsas suspeitas do presidente. Por fim, definiu a situação como um caso de “abuso de poder: um candidato e militares aliados usam seus cargos para tentar interferir numa eleição”. Já o periódico *O Estado de S. Paulo* informou que o Ministério da Defesa planeja enviar um ofício ao TSE cobrando respostas a questionamentos das Forças Armadas sobre a segurança do sistema de votação e insistindo numa reunião entre militares do Comando de Defesa Cibernética e técnicos civis da Justiça Eleitoral. Segundo o periódico, a última resposta do presidente do TSE, Edson Fachin, foi que todas as entidades integrantes da Comissão de Transparência das Eleições (CTE) devem ter as mesmas oportunidades de se manifestar, o que foi entendido como uma negativa ao pedido de uma reunião técnica. Além disso, o periódico pontuou que os representantes de mais alto nível da Defesa e do TSE não se falam nem por telefone nem pessoalmente e que, para os militares, Fachin se isolou. (Folha de S. Paulo - Política - 08/07/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 08/07/22; Estado de S. Paulo - Política - 08/07/22)

8- Congressistas americanos exigem investigação sobre possível interferência das Forças Armadas do Brasil nas eleições

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, deputados democratas propuseram uma emenda ao Orçamento de Defesa dos Estados Unidos para 2023 que exige uma investigação sobre todas as ações tomadas pelas Forças Armadas do Brasil com relação às eleições presidenciais de outubro de 2022. A *Folha* e *O Estado* detalharam que os pontos a serem investigados incluem interferência na contagem de votos, manipulação para tentar reverter o resultado, promoção de desconfiança sobre o processo eleitoral e encorajamento de manifestações golpistas. A comprovação de um

desses pontos pode fazer com que o Brasil seja enquadrado na Seção 7008 do Orçamento, que prevê o fim da assistência de segurança dos Estados Unidos a países em que haja golpe de Estado, colocando em risco a condição do Brasil de aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), obtida em 2019. (Correio Braziliense - Política - 08/07/22; Folha de S. Paulo - Mundo - 08/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 08/07/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar
Grazielly Dourado Santos
Marcela Furlan de Cena
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima